



ALBERTO COSTA

Recomendações do OPJ tidas em conta

O ministro da Justiça garantiu ontem que pretende **“tirar partido”** das recomendações feitas pelo Observatório Permanente da Justiça (OPJ) sobre a reforma penal e explicou que ainda não o fez porque as observações são **“abstractas”**.

“Queremos realmente tirar partido das recomendações e fazer os aperfeiçoamentos que se justifiquem, porque sempre dissemos que a reforma penal, a revisão dos Códigos, se destinava a vigorar durante um período de dois anos e a ser acompanhada, a ser monitorizada, e as deficiências, ou aquilo que tivesse de ser beneficiado, nós queríamos introduzir e propor essas beneficiações à Assembleia da República”, disse Alberto Costa.

De acordo com o ministro, o OPJ apresentou quatro recomendações **“no domínio de alterações legislativas cirúrgicas”**, mas a sua aplicação ainda não foi feita por não apresentarem uma concretização material.

“A formulação delas é abstracta e carece de especificação e foi por isso que nós solicitámos ao Observatório que nos fizesse essa concretização das recomendações sugeridas”, explicou o governante, referindo-se ao relatório complementar que o OPJ vai apresentar no final do mês.